

SUMÁRIO

Capítulo I – Evolução do processo administrativo disciplinar	1
I.I. Considerações iniciais.....	1
I.II. Da nefasta época do instituto da verdade sabida	7
I.III. Do instituto da verdade sabida para a verdade real	11
I.IV. Conclusão.....	15
 Capítulo II – A constitucionalização do direito administrativo e o controle de mérito (oportunidade e conveniência) do ato administrativo discricionário pelo Poder Judiciário.....	21
II.I. Considerações iniciais.....	21
II.II. Conceituação de ato administrativo vinculado e discricionário	26
II.III. Da corrente doutrinária e jurisprudencial contrária ao efetivo controle do ato administrativo discricionário pelo Poder Judiciário	30
II.IV. Da divisão de funções dos poderes e a sua competente harmonização com a unidade da Constituição Federal.....	34
II.V. Nova fase constitucional e o controle efetivo do mérito (oportunidade e conveniência) do ato administrativo discricionário.....	41
II.VI. Da doutrina e da jurisprudência atual que defendem o controle de mérito (penetrabilidade) do ato administrativo discricionário pelo Poder Judiciário.....	49
II.VII. Conclusão	55
 Capítulo III – Dos princípios constitucionais aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.....	59
III.I. Considerações iniciais sobre a importância dos princípios constitucionais aplicados ao ordenamento jurídico.....	59



III.II. Do princípio da dignidade da pessoa humana	72
III.III. Do princípio da presunção de inocência	77
III.IV. Do devido processo legal, contraditório e ampla defesa	85
III.V. Do princípio da isonomia	93
III.VI. Dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade	97
III.VII. Da acessibilidade ao Poder Judiciário	111
III.VIII. Dos princípios contidos no <i>caput</i> , do artigo 37, da CF (legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência)	119
III.VIII.1. Do princípio da legalidade	120
III.VIII.2. Do princípio da moralidade	124
III.VIII.3. Do princípio da impessoalidade	126
III.VIII.4. Do princípio da publicidade	131
III.VIII.5. Do princípio da eficiência	137
III.IX. Do princípio do juízo natural	143
III.X. Do princípio do interesse público	147
III.XI. Do princípio da motivação dos atos públicos	152
III.XII. Conclusão	156

Capítulo IV – Dos direitos e das garantias dos acusados no processo administrativo disciplinar

IV.I. O direito fundamental para o prazo razoável de duração do processo administrativo disciplinar – Vício de <i>inconstitucionalidade</i> do § 1.º, do artigo 169, da Lei 8.112/1990 – Reflexo da EC 45/2004	159
IV.I.1. Considerações iniciais	159
IV.I.2. Da noção de prazos no direito processual disciplinar	161
IV.I.3. Da duração razoável do processo administrativo disciplinar	166
IV.I.4. Art. 5.º, lxxviii, da cf, estabeleceu como direito fundamental da parte, no âmbito judicial e administrativo, a “razoável duração” do processo – Vício de <i>inconstitucionalidade</i> do § 1.º, do art. 169, da Lei 8.112/1990	171
IV.I.5. Da perda do direito de apurar e punir o servidor público pelo decurso do tempo – a “razoável duração” – 140 (cento e quarenta) dias –, no processo administrativo disciplinar federal – efeitos jurídicos da preclusão	174
IV.I.6. Conclusão	176
IV.II. Da necessidade de justa causa para a instauração de processo administrativo disciplinar	178



IV.II.1. Considerações iniciais	178
IV.II.2. Do Processo Administrativo Disciplinar	186
IV.II.3. Da necessidade de justa causa para a instauração do processo administrativo disciplinar	189
IV.II.4. O uso da jurisdição pelo poder público deve ser responsável.....	195
IV.II.5. Os princípios da boa-fé e da segurança jurídica retiram do administrador público a faculdade de instaurar processo administrativo disciplinar sem justa causa	199
IV.II.6. Conclusão	200
IV.III. O ônus da prova da prática de uma infração disciplinar incumbe à administração pública.....	201
IV.III.1. Considerações iniciais.....	201
IV.III.2. A presunção de inocência inverte o ônus da prova no processo administrativo disciplinar	206
IV.III.3. A prova da prática de uma infração administrativa disciplinar é de responsabilidade do poder público – Aspectos doutrinários.....	213
IV.III.4. Conclusão.....	217
IV.IV. A acusação no processo administrativo disciplinar deve ser circunstanciada, objetiva, direta e ter previsão em um tipo legal – Princípio da tipicidade no direito administrativo	218
IV.IV.1. Considerações iniciais	218
IV.IV.2. Da acusação certa (narrativa detalhada) no direito sancionatório.....	222
IV.IV.3. Da corrente doutrinária contrária à aplicação do princípio da tipicidade no direito administrativo disciplinar.....	227
IV.IV.4. Do princípio da tipicidade no processo administrativo disciplinar – Aspectos legais e doutrinários.....	231
IV.IV.5. Da aplicação permanente do princípio da tipicidade no processo administrativo disciplinar.....	238
IV.IV.6. Conclusão	244
IV.V. Da prescrição como matéria de ordem pública.....	246
IV.V.1. Considerações iniciais	246
IV.V.2. O fator tempo nas relações jurídicas públicas	250
IV.V.3. Do prazo inicial da prescrição disciplinar (<i>dies a quo</i>) – Crítica ao § 1.º, do artigo 142, da Lei 8.112/1990.....	253
IV.V.4. O § 1.º, do artigo 142, da Lei 8.112/1990, interpretado em sua literalidade, fere o artigo 5.º, LXXVIII, da CF (inserido pela EC 45/2004)...	259
IV.V.5. Do início do prazo (<i>dies a quo</i>) prescricional no processo disciplinar comparado	262

IV.V.6. Supremo Tribunal Federal – STF não permite a interpretação da prescrição indefinidamente – Prescrição intercorrente.....	264
IV.V.7. Conclusão	268
IV.VI. Do <i>non bis in idem</i>	269
IV.VI.1. Considerações iniciais	269
IV.VI.2. O princípio do <i>non bis in idem</i> e o processo administrativo disciplinar.....	270
IV.VI.3. Conclusão	275
IV.VII. Da aplicação da lei geral do processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.....	276
IV.VII.1. Considerações iniciais	276
IV.VII.2. Dos princípios positivados na Lei 9.784/1999 aplicáveis ao processo disciplinar.....	281
IV.VII.2.1. Do princípio da finalidade	281
IV.VII.2.2. Do princípio da motivação	283
IV.VII.2.3. Do princípio da segurança jurídica.....	285
IV.VII.2.4. Do princípio do formalismo moderado	286
IV.VII.2.5. Do princípio da gratuidade	288
IV.VII.2.6. Do princípio da oficialidade	289
IV.VII.3. Conclusão	289

Capítulo V – Da responsabilidade penal, administrativa e civil dos servidores públicos

V.I. Considerações iniciais.....	291
V.II. Da independência das instâncias penal, administrativa e civil	299
V.III. Fim do dogma da independência das instâncias (penal, administrativa e civil) – Em determinadas situações legais elas são dependentes umas das outras para fins de procedibilidade	305
V.IV. Da responsabilidade penal do servidor público	308
V.V. Do reflexo da sentença penal no âmbito do Direito Administrativo – Dos vícios de <i>inconstitucionalidade</i> do artigo 386, VI, do Código de Processo Penal e de parte do artigo 126, da Lei 8.112/1990 (Regime jurídico único dos servidores públicos da União)	341
V.V.1. Considerações iniciais.....	341
V.V.2. Da prolação de sentença absolutória, por não existir prova suficiente para a condenação e seus efeitos jurídicos	346



V.V.3. Da violação do princípio da presunção de inocência e da coisa julgada – Do vício de <i>inconstitucionalidade</i> de parte do artigo 126 da Lei 8.112/1990	352
V.V.4. Do vício de <i>inconstitucionalidade</i> do inciso VI, do artigo 386, do Código de Processo Penal	362
V.V.5. Da busca da verdade real e da certeza – Do princípio constitucional da segurança jurídica	369
V.V.6. Conclusão	373
V.VI. Da responsabilidade civil do servidor público	376
V.VII. Da responsabilidade civil-administrativa do servidor público	381
V.VIII. Conclusão	385

Capítulo VI – Dos deveres e das proibições funcionais dos servidores públicos

VII.I. Considerações iniciais sobre os deveres dos servidores públicos	387
VII.II. Dos deveres do servidor público	390
VII.III. Das proibições impostas ao servidor público	415
VII.IV. Das proibições impostas aos servidores públicos	421
VII.V. Outras proibições	470
VII.V.1. Crime contra a Administração Pública	471
VII.VI. Abandono de cargo	479
VII.VII. Inassiduidade habitual	481
VII.VIII. Improbidade administrativa	485
VII.IX. Incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição	499
VII.X. Insubordinação grave em serviço	501
VII.XI. Ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa	503
VII.XII. Aplicação irregular de dinheiros públicos	504
VII.XIII. Revelação de sigilo funcional	505
VII.XIV. Lesão aos cofres públicos	506
VII.XV. Corrupção	507
VII.XVI. Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas	510
VII.XVII. Conclusão	517

Capítulo VII – Do procedimento da sindicância e processo administrativo disciplinar – Da apuração de infrações disciplinares ...

VIII.I. Considerações iniciais	519
--------------------------------------	-----

VII.II. Da ciência de infração disciplinar por parte de autoridade administrativa no serviço público e os órgãos de controle	525
VII.III. Da sindicância	531
VII.IV. Da sindicância patrimonial	536
VII.IV.1. Ilegalidade da sindicância patrimonial ou do processo administrativo disciplinar quando presumem o enriquecimento ilícito do servidor público, sem que haja lesividade ao erário	541
VII.IV.2. Outros aspectos da sindicância patrimonial	545
VII.V. Da sindicância punitiva ou acusatória	550
VII.VI. Do processo administrativo disciplinar instaurado em decorrência de sindicância	553
VII.VII. Do processo administrativo disciplinar que não é precedido de sindicância	556
VII.VIII. Procedimento da sindicância ou processo administrativo disciplinar instaurado no gozo de licença médica ou de férias do servidor sindicado ou acusado	563
VII.IX. Conclusão	568

Capítulo VIII – Do juízo de admissibilidade e das fases do processo administrativo disciplinar..... 571

VIII.I. Considerações iniciais	571
VIII.II. Do juízo de admissibilidade	576
VIII.III. Da instauração pela autoridade administrativa competente do processo administrativo disciplinar, através de portaria inaugural	580
VIII.IV. Da instrução	586
VIII.IV.1. Notificação citatória	586
VIII.IV.2. Do acompanhamento do processo administrativo disciplinar	591
VIII.IV.2.1. Das intimações	594
VIII.IV.3. Das consequências jurídicas funcionais para o servidor público acusado que responde ao processo administrativo disciplinar	598
VIII.V. Dos meios de provas admitidos em direito a serem produzidos no processo administrativo disciplinar	602
VIII.V.1. Da produção da prova documental	605
VIII.V.2. Da produção da prova pericial	609
VIII.V.3. Da produção da prova testemunhal	614
VIII.VI. Da produção de outras provas	623
VIII.VII. O dever funcional da guarda de sigilo dos dados do servidor acusado por parte do agente do fisco	625



VIII.VIII. Da prova emprestada.....	633
VIII.IX. Da prova ilícita.....	636
VIII.X. Do interrogatório do servidor acusado.....	641
VIII.XI. Encerramento da produção de todos os meios de provas admitidos e necessários.....	644
VIII.XII. Do termo de indiciamento.....	648
VIII.XII.1. Conceitos penais que podem ser relevantes para a ultimação do termo de indiciamento disciplinar.....	655
VIII.XII.2. Das consequências da indicição, além da portaria inaugural.....	664
VIII.XIII. Da citação do servidor indiciado e apresentação de defesa escrita.....	670
VIII.XIV. Conclusão.....	673
 Capítulo IX – Da comissão disciplinar.....	 675
IX.I. Considerações iniciais.....	675
IX.II. Da nomeação dos membros integrantes da comissão disciplinar.....	677
IX.III. Dos membros integrantes da comissão disciplinar – Seus deveres e prerrogativas – Precedência da matéria disciplinar.....	683
IX.IV. Da suspeição e impedimento dos membros integrantes da comissão disciplinar.....	686
IX.V. Das obrigações de imparcialidade e independência dos membros integrantes da comissão disciplinar.....	691
IX.VI. Do relatório final da comissão disciplinar.....	698
IX.VII. Crítica aberta ao art. 166, da Lei 8.112/1990 – Envio de relatório final à autoridade julgadora deveria ser anteriormente contraditado pelo servidor indiciado – Direito de defesa cerceado.....	703
IX.VIII. Conclusão.....	706
 Capítulo X – Do julgamento, das penalidades, da interposição dos recursos e do processo de revisão.....	 709
X.I. Considerações iniciais.....	709
X.II. O relatório final da comissão disciplinar e do julgamento.....	714
X.III. Das penalidades administrativas previstas na Lei 8.112/1990.....	737
X.III.1. Da competência da autoridade administrativa instauradora do processo administrativo disciplinar para impor penalidades.....	753
X.IV. Pode haver a imposição de nova punição para o servidor público já demitido?.....	755

X.V. Diferença entre a natureza jurídica da exoneração, demissão e demissão a bem do serviço público.....	758
X.VI. Da inconstitucionalidade da imposição de penalidade disciplinar perpétua – Crítica ao parágrafo único, do artigo 137, da Lei 8.112/1990	759
X.VII. Da previsão legal de recursos	763
X.VIII. Do processo de revisão.....	768
X.IX. Conclusão.....	777
 Capítulo XI – Do processo administrativo disciplinar dos magistrados....	779
XI.I. Considerações iniciais	779
XI.II. Dos deveres dos magistrados	783
XI.III. Outros deveres e vedações impostos aos magistrados.....	795
XI.IV. Da responsabilidade disciplinar dos magistrados	803
XI.V. Atos judiciais não se inserem no contexto da responsabilidade disciplinar, ou da Lei 8.429/1992 (Improbidade administrativa de hermenêutica).....	806
XI.VI. Das diversas modalidades de processos previstos contra os magistrados, no Regimento Interno, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	816
XI.VI.1. Do procedimento investigativo sumário da sindicância.....	818
XI.VI.2. Da reclamação disciplinar	823
XI.VI.3. Da representação por excesso injustificado de prazo	826
XI.VI.4. Do processo administrativo disciplinar instaurado contra magistrados, previsto no regimento interno do Conselho Nacional de Justiça – CNJ	828
XI.VI.5. O afastamento do magistrado do exercício de sua atividade jurisdicional, em virtude de processo administrativo disciplinar não poderá exceder a 120 (cento e vinte) dias – Inteligência do artigo 147 da Lei 8.112/1990	838
XI.VI.6. Do pedido de avocação, levado a efeito pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, de processo administrativo disciplinar instaurado contra membro do Poder Judiciário.....	849
XI.VI.7. Do processo de revisão disciplinar perante o Conselho Nacional de Justiça – CNJ	852
XI.VI.8. Do procedimento de controle administrativo com trâmite perante o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	856
XI.VI.9. Do recurso administrativo com tramitação perante o Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	861
XI.VII. Do pedido de providências e reclamação para garantia das decisões perante o Conselho Nacional de Justiça – CNJ	862

XI.VIII. Da inspeção e da correição do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	863
XI.IX. O desenvolvimento do processo administrativo disciplinar, segundo as disposições constantes da Resolução 30, de 7 de março de 2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e das penalidades impostas aos magistrados	865
XI.X. Das considerações finais sobre a Resolução 30/2007, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	890
XI.XI. Da prescrição intercorrente no processo administrativo disciplinar do magistrado.....	905
XI.XII. Conclusão.....	900
XI.XIII. Código de Ética da Magistratura	902
 Capítulo XII – Conclusão – Um contributo para uma nova fase do processo administrativo disciplinar	 907
XII.I. Considerações iniciais.....	907
XII.II. Da nova garantia fundamental do acusado: o direito como limite do poder disciplinar	912
XII.III. Da necessidade de alteração do atual sistema de apuração e julgamento do processo administrativo disciplinar sancionador – uma nova proposta para o direito administrativo disciplinar constitucionalizado.....	916
XII.IV. Da especialização da justiça administrativa em respeito ao princípio da segurança jurídica e aos direitos individuais fundamentais dos acusados..	919
XII.V. Ilícito penal julgado pelo poder judiciário deve se projetar sobre o mesmo ilícito disciplinar – do necessário reflexo para a instância administrativa...	924
XII.VI. Conclusão.....	931
 Referências bibliográficas.....	 935